



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

Comissão dos Transportes e do Turismo

6.1.2010

COMUNICAÇÃO AOS MEMBROS

Assunto: Audição do Sr. Siim KALLAS, Comissário indigitado para os Transportes

Submetem-se à atenção dos Senhores Deputados, em anexo, as respostas apresentadas por escrito que nos foram enviadas pelo Sr. Siim KALLAS.

O Secretariado

CM\800463PT.doc

PE431.155v01-00

PT

Unida na diversidade

PT

RESPOSTAS DO COMISSÁRIO INDIGITADO

Siim KALLAS

(Transportes)

AO QUESTIONÁRIO DO PARLAMENTO EUROPEU

Competência geral, empenho europeu e independência pessoal

- 1. Quais são os aspectos das suas qualificações e experiência pessoais que considera particularmente relevantes para vir a ser Comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações? Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas actividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?**

Enquanto Governador do Banco Central da Estónia, fui responsável pela criação e introdução de uma nova moeda nacional, em 1992, após a independência, e pela concepção do quadro monetário e fiscal destinado a garantir a estabilidade que permitiu a recente admissão da Estónia no Mecanismo Europeu das Taxas de Câmbio (MTC II). Enquanto Ministro das Finanças, fui responsável pelo procedimento orçamental, assegurando o apoio político do Parlamento ao orçamento do Estado, bem como pela concepção pormenorizada do quadro fiscal global, fundamentalmente com base no princípio do equilíbrio orçamental. Enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros, fui responsável por questões de segurança e de defesa e foi por ocasião do exercício destas funções que a Estónia solicitou a sua adesão à União Europeia. Enquanto Primeiro-Ministro da Estónia, adquiri uma experiência inestimável na gestão das políticas do Estado, num período caracterizado pela consolidação da reforma económica, política e administrativa. Participei também intensamente na conclusão das negociações de adesão com a União Europeia e nos preparativos para a adesão à OTAN.

Enquanto Membro da Comissão, desde 1 de Maio de 2004, e Vice-Presidente responsável pelos Assuntos Administrativos, Auditoria e Luta Anti-fraude, desde Novembro de 2004, adquiri um conhecimento profundo sobre o funcionamento da Comissão e sobre os requisitos inerentes a uma cooperação interinstitucional eficaz. No endereço http://ec.europa.eu/commission_barroso/kallas/index_en.htm, encontra-se disponível um documento que resume os principais resultados alcançados durante o período em que exerci estas funções. Globalmente, promovi políticas destinadas a reforçar a transparência e a responsabilidade e a contribuir para que a UE se aproxime dos seus cidadãos. No âmbito da Iniciativa Europeia em matéria de Transparência, nomeadamente, assegurámos a publicação dos beneficiários finais dos auxílios concedidos pela UE, para que o grande público esteja ao corrente de quem beneficia das verbas da UE. No que se refere aos grupos de interesse, a

Comissão criou o seu registo de representantes de interesses, permitindo ao público obter informações sobre tais representantes, que procuram influenciar a Comissão. Na prossecução dos interesses europeus mais vastos, promovi e acordei com o Parlamento uma cooperação no sentido da criação de um registo conjunto de representantes de interesses. Igualmente vital em termos da confiança do público no projecto europeu é a demonstração de que os dinheiros públicos são bem gastos e devidamente controlados. Tendo em conta as minhas responsabilidades em matéria de quitação, envidei esforços determinados nos últimos cinco anos para garantir que os meus colegas e os serviços da Comissão solucionassem todos os problemas identificados pelo Tribunal de Contas e mostrei-me aberto à resolução das preocupações da Comissão do Controlo Orçamental. Embora sejam ainda necessários esforços nesta matéria, os progressos alcançados são mensuráveis e significativos, tendo sido reconhecidos pelo Tribunal de Contas.

Estou profundamente motivado a trabalhar como Comissário, partindo da firme convicção que me anima de que a UE é uma realização única na história europeia – um projecto de liberdade, paz e prosperidade. Esta convicção assenta no meu profundo interesse pela história da Europa, incluindo a do meu próprio país. Enquanto primeiro Comissário de um Estado-Membro relativamente novo, estou plenamente convicto das vantagens da adesão e da integração europeia, em geral, tendo envidado esforços significativos para divulgar esta mensagem no meu país de origem. Em conformidade com o artigo 17.º, n.º 3, do Tratado da União Europeia e com o artigo 245.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, sempre fui, e continuarei a ser, totalmente independente, abstenho-me de obter ou aceitar instruções de qualquer Governo ou de qualquer outro organismo. Sempre me pautei pelos princípios enunciados no juramento do Comissário e no Código de Conduta. Continuarei a seguir e a respeitar estas regras, velando no sentido de que todas as minhas decisões se inspirem no interesse europeu comum, e abster-me-ei de actos que possam comprometer a independência da Comissão ou a minha ou ser incompatíveis com as minhas obrigações.

Gestão do pelouro e cooperação com o Parlamento Europeu e as suas comissões

2. De que modo avaliaria o seu papel, enquanto membro do Colégio de Comissários? Em que sentido se consideraria responsável e obrigado a prestar contas, perante o Parlamento, por acções suas ou dos seus serviços?

Enquanto membro do Colégio, basear-me-ei na minha experiência política e profissional para ajudar a Comissão a definir políticas que se revelem no interesse supremo da Europa. Economista de formação, reúno as condições necessárias para apreciar as inúmeras decisões económicas complexas que a Comissão deve tomar. No que se refere à obrigação de prestar contas perante o Parlamento, considero que as provas dadas até à data constituem uma salvaguarda adequada para as relações futuras. Fui por três vezes eleito deputado do Parlamento estónio, no qual obtive uma vasta experiência de procedimentos parlamentares e das funções legislativas.

Além disso, nos últimos cinco anos, mantive o Parlamento Europeu plenamente ao corrente dos progressos e desafios inerentes à minha área de responsabilidade e tentei fazê-lo o melhor possível, num espírito de parceria, prestando informações verdadeiras e completas sobre todos os dossiês de que me ocupo. Na minha qualidade de Comissário responsável pelos Assuntos Administrativos, Auditoria e Luta Anti-fraude nos últimos cinco anos, estabeleci as minhas

relações com a Comissão do Controlo Orçamental num espírito de abertura máxima, como o provam, certamente, os meus actos. Dentro do mesmo espírito, assumo total responsabilidade política por eventuais iniciativas tomadas pelos meus serviços, bem como por todas as propostas e decisões de carácter político, e, para esse efeito, adoptei medidas que me permitem estar plenamente ciente do seu trabalho.

A actual Comissão clarificou igualmente os sistemas de comunicação, com o objectivo de garantir umnexo evidente entre as decisões de gestão individuais e a responsabilidade última da Comissão em matéria de finanças e gestão. Consequentemente, os relatórios de actividade anuais das DG (no contexto dos quais os Directores-Gerais garantem a legalidade das operações das DG, na sua qualidade de gestores orçamentais delegados) são actualmente debatidos entre cada Director-Geral competente e o respectivo Comissário. Esta informação é introduzida no relatório de síntese anual, que reúne as conclusões dos diferentes relatórios de actividade anuais. O Colégio, no seu conjunto, assume a responsabilidade pelo conteúdo do relatório de síntese, que é um documento público e que apresentei ao Parlamento Europeu em nome da Comissão Europeia. A qualidade e o âmbito do relatório de síntese continuam a evoluir. A Comissão iniciou, em 2002, esta prática, que constitui actualmente a pedra angular da nossa arquitectura de governação em que participam todos os Comissários. Através do relatório de síntese, a Comissão, no seu conjunto, assume a sua responsabilidade política pela gestão efectuada pelos seus serviços.

3. Que compromissos específicos está disposto a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação, e de seguimento efectivo das posições e solicitações do Parlamento em matéria de iniciativas legislativas, tendo igualmente em conta a entrada em vigor do Tratado de Lisboa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposto a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?

Considero que a transparência em relação ao Parlamento, bem como uma adequada cooperação institucional, são, em geral, fundamentais para a eficácia do meu mandato de Comissário. O êxito das minhas anteriores funções de Comissário responsável em matéria de quitação deveu-se à minha franqueza e total transparência em relação ao Parlamento, e tenciono continuar a agir do mesmo modo no futuro. Concretamente, comprometo-me a aplicar as disposições do Acordo-Quadro relativas ao fluxo de informação, incluindo as obrigações da Comissão de prestar informações sobre grupos de peritos, bem como (nas condições previstas no acordo) informações confidenciais. Apoio firmemente os esforços mais vastos da Comissão no sentido de promover a transparência em relação ao grande público – de facto, a «Iniciativa Europeia em matéria de Transparência» foi lançada pela Comissão, por iniciativa minha. Estou igualmente convicto do valor de uma ampla consulta para a eficácia da tomada de decisões políticas.

Conforme já afirmei, a cooperação interinstitucional é essencial, e considero que o Tratado de Lisboa confirma a importância do estabelecimento de consensos sobre iniciativas futuras entre a Comissão e o Parlamento Europeu. O Acordo-Quadro e o Acordo Interinstitucional «Legislar Melhor» estabelecem igualmente regras importantes para os Comissários, que continuarei a respeitar. Considero crucial a relação entre um Comissário e as comissões do Parlamento Europeu. Durante o meu mandato anterior, participei nas reuniões da Comissão do Controlo Orçamental, sempre que esta ou eu próprio o considerámos oportuno, e mantive

contactos estreitos com os seus membros. Demonstrarei um empenhamento semelhante, no futuro, relativamente à Comissão dos Transportes e a outras comissões que se revistam de interesse para o meu trabalho. Atendendo ao papel de co-legislador do Parlamento no domínio dos transportes, envidarei esforços, obviamente, no sentido de o manter informado e espero obter o seu apoio para as minhas propostas.

Perguntas relativas às políticas

4. Quais são as três prioridades principais que tenciona fazer avançar enquanto parte do domínio de competências que lhe é proposto, tendo em conta, se tal for pertinente, a crise financeira, económica e social, bem como as preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável?

O desafio mais imediato para a política de transportes da UE é fazer face aos efeitos da crise económica. Mas o principal problema do sector dos transportes, actualmente e no futuro, são as alterações climáticas. O sector dos transportes representa quase um quarto das emissões de gases com efeito de estufa da UE (2006) – e, contrariamente a outros sectores, as suas emissões aumentaram de forma significativa nos últimos anos. As alterações climáticas, bem como a escassez de petróleo e o aumento da procura de mobilidade, exigem uma profunda transformação estrutural do sector dos transportes. Será necessário um reexame substancial da política de transportes, a fim de proceder a uma mudança significativa para um sistema de transportes sem carbono. A descarbonização dos transportes pode obter-se mediante uma combinação de elementos, designadamente desenvolvimento de infra-estruturas, tecnologias e mecanismos de financiamento/tarifação. O meu objectivo em relação à infra-estrutura, nomeadamente com a revisão das redes transeuropeias, será integrar os diversos modos de transporte num sistema de transportes hipocarbónico. O recurso mais eficaz possível à interacção entre os modos de transporte, incluindo um sistema de transportes integrado e uma utilização inteligente da logística, pode contribuir, de forma fundamental, para a realização da visão da UE em 2020, em termos quer de crescimento quer de redução das emissões.

Para o conseguir, temos de garantir o financiamento necessário, inclusivamente proveniente do orçamento da UE. A introdução gradual da tarifação dos custos externos dos transportes para todos os modos gerará igualmente fundos, enviando simultaneamente indicações de preço correctas aos utilizadores da infra-estrutura e aos investidores. A segunda prioridade importante consiste em manter um acesso aberto aos mercados dos transportes. Um mercado interno plenamente funcional promoverá o crescimento e contribuirá para que a economia da UE – e não só o sector dos transportes – recupere da crise. Nos últimos dez anos, foi adoptada legislação relativa à abertura do mercado para todos os modos de transporte, mas certos sectores permanecem fechados à concorrência. Ponderarei eventuais medidas destinadas a promover a liberalização dos mercados dos transportes. É necessário criar igualmente um verdadeiro espaço marítimo europeu sem barreiras. Não hesitarei em iniciar processos de infracção, se necessário, para garantir a aplicação plena da legislação vigente.

Por último, os cidadãos europeus esperam de nós que asseguremos a segurança intrínseca e extrínseca dos transportes, bem como os seus direitos, enquanto passageiros e enquanto trabalhadores. A disponibilidade de serviços de transportes públicos de boa qualidade e fiáveis desempenha um papel importante na criação de sociedades inclusivas e promove a competitividade da nossa economia. Há demasiadas mortes na estrada, pelo que tenciono

apresentar um novo plano de acção para a segurança rodoviária 2011-2020, tendo simultaneamente em conta as preocupações dos Estados-Membros em matéria de subsidiariedade. Bater-me-ei igualmente pela protecção eficaz dos direitos dos passageiros em todos os modos de transporte. Atendendo a que mais de 70% dos cidadãos vivem nas cidades, envidarei esforços para melhorar a mobilidade urbana a fim de mudar os hábitos de transporte e melhorar a qualidade de vida. Contribuirei igualmente para facilitar o diálogo social no sector dos transportes.

5. Quais são as iniciativas legislativas e não legislativas específicas que tenciona apresentar, e de acordo com que calendário? Que compromissos específicos pode assumir, nomeadamente no que diz respeito às prioridades e solicitações das comissões, apresentadas em anexo, que poderão vir a ser do seu domínio de competências? De que modo garantiria, a título pessoal, a boa qualidade das propostas legislativas?

As prioridades do Parlamento para os próximos anos, conforme indicado no anexo ao questionário, estão plenamente em conformidade com a minha estratégia de descarbonização do sector dos transportes, manutenção e reforço da sua competitividade e melhoria do bem-estar dos cidadãos europeus. Permito-me mencionar, sucintamente, as medidas que tenciono adoptar, seguindo a ordem de prioridades por vós sugerida. Tenciono propor ao Colégio uma revisão das orientações para a RTE-T e um Livro Branco sobre o futuro dos transportes. Ambas as propostas têm por objectivo contribuir para que os transportes se tornem mais sustentáveis. Temos de garantir os recursos financeiros necessários para projectos de infra-estrutura, quer provenientes do orçamento da UE quer de outras fontes públicas e privadas, e, mediante a revisão das orientações para a RTE-T, tenciono identificar a rede de base na qual deve incidir, no futuro, o financiamento comunitário. A tecnologia desempenhará igualmente um papel importante, contribuindo para a sustentabilidade dos transportes. O desenvolvimento e a introdução no mercado de novas tecnologias para veículos ecológicos e para a gestão do tráfego exigem investimentos significativos. É minha intenção incentivar a inovação e estabelecer um quadro regulamentar estável e fiável que indique objectivos claros a longo prazo. É fundamental garantir a aplicação do acervo vigente em matéria de transportes.

No domínio dos direitos dos passageiros, agora que existe ou se encontra em fase de adopção um quadro regulamentar para todos os modos de transporte, focarei a minha acção na aplicação deste, para garantir que os referidos direitos se tornem uma realidade, e iniciarei processos de infracção, se necessário, em caso de violação do direito comunitário. No que se refere à segurança da aviação, o nosso desafio consiste em garantir um nível elevado de segurança, minimizando simultaneamente os incómodos e os custos – embora exista sempre um compromisso entre segurança, incómodos e custos. Tenciono implicar o PE, numa fase precoce, sempre que seja necessário tomar tais decisões sensíveis. A segurança rodoviária é uma questão fundamental para a construção de uma Europa dos cidadãos. Fará parte das minhas prioridades, começando com a apresentação, em 2010, de um programa de acção europeu para a segurança rodoviária respeitante ao período de 2011-2020. Tenho em mente uma série de acções concretas, que incidem nomeadamente na formação e na educação, na protecção dos utilizadores vulneráveis e na exploração da evolução rápida das tecnologias dos veículos e da comunicação. E concluo afirmando que apenas apresentarei propostas legislativas quando tiverem sido completadas com êxito as pertinentes consultas/avaliações

dos seus impactos económicos, ambientais e sociais. Temos de cooperar estreitamente para fazer da legislação europeia uma regulamentação inteligente – ou seja, mais simples e clara, bem como facilmente compreensível por todos os cidadãos.